

Os 101 policiais da 'tropa' de Rogério de Andrade

Levantamento feito pelo GLOBO em processos judiciais, sindicâncias e boletins internos das corporações revela que bicheiro tem, desde 1998, agentes em sua segurança, na proteção a pontos de jogo e até como sócios

RAFAEL SOARES
rsoares@globo.com

Nãoite de 12 de março de 2021, a Justiça do Rio decretou a prisão do bicheiro Rogério de Andrade. A notícia logo repercutiu entre os integrantes de sua escolta pessoal. "Saliu mandado de prisão", escreveu o cabo da PM Marcos Antônio Alle-Teixeira a seus colegas na manhã seguinte. O ex-PM Nelson Gomes Pereira Júnior respondeu com um emoji de um homem correndo, em fuga. Na teoria, a obrigação dos mais de 20 policiais militares que faziam parte do grupo era denunciar o paradeiro do bicheiro às autoridades ou até dar voz de prisão a ele.

Não foi o que aconteceu: nos meses seguintes, os agentes da lei trabalharam para proteger Andrade enquanto ele se escondia da Justiça num sítio em Araras, na Região Serrana do Rio. "Amamã, começa um tipo específico de local onde ficaria até segunda ordem! Rendação às 6h em Araras! Não é para dormir, o garoto tá indo direto lá, para não ter surpresas", determinou, em julho daquele ano, o então subtenente PM Daniel Rodrigues Pinheiro, chefe da escolta, a seus subordinados. Enquanto o mandado de prisão esteve em vigor, o bicheiro jamais foi encontrado. As mensagens serviam de base para a denúncia do Ministério Público do Rio (MPRJ) que desencadeou a Operação Pretorianos, do mês passado, contra 30 policiais e ex-policiais que faziam a segurança pessoal de Andrade.

AMAIORIDADE DE PMs

Os tentáculos do bicheiro na polícia, no entanto, são ainda mais profundos: um levantamento feito pelo GLOBO com base em processos judiciais, sindicâncias e boletins internos das corporações revela que, desde 1998, 101 agentes oriundos de forças de segurança foram acusados de trabalhar para Andrade. Ao todo, 79 policiais militares, 14 policiais civis, seis bombeiros, um policial federal e um policial penal já foram associados à tropa do bicheiro nas últimas três décadas — efetivo equivalente ao que um batalhão de médio porte da capital do Rio, como o 6º BPM (Tijuca), empregaria diariamente no patrulhamento das ruas de sua região.

Do total de agentes levantados, 46 atuavam na escolta de Andrade ou de parentes, como os alvos da Operação Pretorianos. Outros 26 foram acusados de trabalhar na segurança de pontos de jogo do bicheiro e 11 são apontados como matadores de aluguel contratados por ele. Há também policiais acusados de serem sócios de Andrade no jogo ilegal, de distribuírem e receberem propinas para garantir a manutenção dos negócios e até um agente que atuava como contador da quadrilha.

Alguns dos identificados no levantamento trabalham para Andrade há pelo menos 26 anos. É o caso do ex-PM Daniel Pinheiro, chefe de sua guarda pessoal e res-

pensável por determinar a ida da escolta para o sítio de Araras. "O parceiro! Nós entramos aí em 98, parceiro! Nós vimos tudo acontecer", disse Pinheiro em 2020, numa conversa com o sargento Márcio Araújo, que atuava na segurança dos pontos de jogo de Andrade. Ele se referia ao ano em que o contraventor tomou a frente dos negócios da família, após a morte de seu tio Castor de Andrade — de ataque cardíaco em 1997 — e do assassinato do filho do capo, Paulinho Andrade, em 1998.

REINTEGRADO À PM

Pinheiro foi expulso da PM em 2022 após ser flagrado num vídeo escondendo o chefe num hospital na Barra da Tijuca. Denunciado à Justiça em 2022 por integrar a quadrilha de Andrade, ele está forçado até hoje.

Já Araújo chegou a ser preso em 2021 sob suspeita de envolvimento no homicídio de Fernando Igncio, rival de Andrade na guerra pelo espólio criminoso de Castor, mas foi solto dois anos depois, beneficiado por uma decisão do ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em liberdade, ele conseguiu, na Justiça, causar a decisão que o expulsou da PM e foi reintegrado. Em dezembro do ano passado, criminosos armados atiraram contra a fachada de sua casa, mas ninguém se feriu.

Três dos agentes que foram alvos da operação do mês passado já haviam sido flagrados anteriormente fazendo a escolta de Andrade. Em abril de 2010, o soldado Flávio Aleluia dos Santos e o cabo Marco Antônio Gonçalves da Silva integravam o comboio que seguia o Toyota Corolla branco do bicheiro pela Avenida das Américas, na Barra da Tijuca, quando uma bomba explodiu embaixo do banco do motorista. Andrade ficou ferido e seu filho, Diogo, de 17 anos, que dirigia o carro, morreu na hora. Dois anos depois, foi a vez de o cabo Nelson Pereira Júnior ser flagrado acompanhando o contraventor em Botafogo, na Zona Sul do Rio. Todos os três agentes foram detidos e acabaram expulsos da PM, mas seguiram nas fileiras da contravenção: uma planilha que faz parte da Operação Pretorianos aponta que cada um recebia R\$ 5,6 mil mensais como guardacostas do bicheiro.

'TREZENTINHOS'

Entre os policiais civis ligados a Andrade, há tanto delegados acusados de receber propina para não combater a quadrilha do bicheiro como também agentes que atuavam a favor dos interesses de Andrade dentro da corporação. É o caso do inspetor Hélio Machado da Conceição, o Helinho, preso durante a Operação Gladiador, da Polícia Federal, acusado de receber um "prêmio" de Andrade pela prisão de seu rival Fernando Igncio, em 2006. Num diálogo, um comparsa afirma que Helinho "engordou uns trezentinhos" — ou seja, recebeu R\$ 300 mil, segundo a PF — só porque havia apa-



Blindado. Rogério de Andrade, que cumpre prisão domiciliar, já teve pelo menos uma centena de policiais a seu lado



Morto. O ex-capitão Adriano da Nóbrega, braço armado



Preso. O ex-PM Ronnie e Lessa: morte de Marielle Franco



Acerto de contas. O local na Barra onde o sargento do Corpo de Bombeiros Antônio Carlos Macedo foi morto em 2010

"Meu objetivo é que o caso seja julgado novamente. O tempo provou que a principal testemunha de acusação do processo, o delegado Maurício Demétrio, não é confiável"

Alvaro Lins, ex-chefe de Polícia Civil que hoje é advogado

recido na capa dos jornais conduzindo Igncio. A mesma investigação culminou na prisão — e posterior condenação — de Alvaro Lins, ex-chefe de Polícia, acusado de favorecer a quadrilha de Andrade em meio à guerra contra Igncio.

O levantamento também identificou oficiais da PM acusados de trabalhar para o bicheiro. O tenente-coronel Ricardo Teixeira de Campos, por exemplo, foi considerado "incapacitado de permanecer na ativa" e aposentado compulsoriamente pelo Tribunal de Justiça do Rio em 2011, após ser filiado por um cinegrafista

amador acompanhando a instalação de máquinas caça-níqueis do bicheiro num bar da Zona Oeste. Outro ex-oficial ligado a Andrade é o ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) Adriano Magalhães da Nóbrega, fundador do Escritório do Crime apontado pelo Ministério Público do Rio como um dos principais matadores de aluguel que agiam a mando do bicheiro.

SOCIEDADE DE BINGO

Há agentes que ascenderam ao crime e viraram sócios de Andrade, como um ex-policial federal investigado na Operação Gladiador. O ex-

sargento da PM Ronnie Lessa, acusado de ser o executor de Marielle Franco, é outro agente que estreitou seus laços com o bicheiro: segundo o Ministério Público do Rio, ele se tornou sócio do sobrinho de Castor num bingo no Quebra-Mar, na Barra da Tijuca, nos meses seguintes ao homicídio da vereadora.

Chama a atenção que pelo menos dez dos agentes identificados no levantamento foram mortos a tiros — muitos em circunstâncias não esclarecidas até hoje. Um deles é o sargento do Corpo de Bombeiros Antônio Carlos Macedo, o Bispo, ex-chefe da segurança de Andrade, executado em novembro de 2010 quando trafegava em sua moto Harley-Davidson pela Praia da Barra da Tijuca. Para a polícia, o bicheiro teria responsabilizado seu então braço direito pelo atentado a bomba sofrido por seu filho: Afinal, Macedo estava com Andrade naquele dia, mas foi embora pouco antes de o explosivo ser acionado. Dois PMs integrantes da segurança do contraventor que chegaram a ser acusados pela execução do bombeiro também foram mortos nos anos seguintes ao crime.

TORNOZELEIRA

Atualmente, Rogério Andrade responde pelos crimes de organização criminosa e corrupção passiva em regime domiciliar. Sua defesa já solicitou ao STF a retirada da tornozeleira e aguarda a decisão do ministro Nunes Marques. Ele nega todas as acusações feitas pelo MPRJ. Procurados, os advogados do sargento Márcio Araújo afirmaram que, "neste caso, não temo não islar a declarar". Ubiratan Guedes, que faz a defesa do ex-policia civil Helinho, alegou que a pena de seu cliente, condenado no processo gerado pela Operação Gladiador, prescreveu. No entanto, ele ainda responde a um processo conexo pelo crime de lavagem de dinheiro.

Já o ex-delegado Alvaro Lins, condenado em 2018 pelo Tribunal Regional Federal a 23 anos de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo em que é acusado de beneficiar Andrade, teve uma vitória recente no STF. Em fevereiro passado, o ministro Nunes Marques reconheceu a incompetência da Justiça Federal para julgar o caso e determinou a remessa do processo à Justiça Eleitoral, que vai ser responsável por avaliar se válida a sentença já proferida ou se o julgamento será reiniciado.

— Meu objetivo é que o caso seja julgado novamente. O tempo provou que a principal testemunha de acusação do processo, o delegado Maurício Demétrio, não é confiável — afirma Lins, que hoje é advogado.

A defesa do ex-PM Daniel Pinheiro não retornou as ligações. O GLOBO não conseguiu contato com os demais advogados.